

PRECONCEITO RACIAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE LARANJAL DO JARI/AP: O QUE OS ALUNOS TRAZEM DE CASA E O QUE APRENDEM NA ESCOLA

Tanira do Socorro Costa Barbosa ¹

Marinete Anselmo Albuquerque ²

Ronilson Mendes de Sousa ³

Eronilson Mendes de Sousa ⁴

RESUMO

O presente estudo analisa as percepções de alguns alunos do Ensino Médio de uma escola Pública do Município de Laranjal do Jari/AP sobre o preconceito racial e suas consequências na vida estudantil. A partir do suposto que os alunos (a) trazem consigo boa parte da realidade que vivencia em sua família ou em sua realidade social, se faz relevante analisar seu conhecimento e contato prévio sobre o tema abordado nesta pesquisa e seus entendimentos sobre a importância de se estudar sobre racismo. Para tanto, elegeu-se como Referencial Teórico Moura (1994), Munanga (2006), Santos (2003), Fazzi (2006), Guimarães (1999), Roos (2010), entre outros. Utilizou-se metodologia qualitativa, que se fundamenta em pesquisa bibliográfica acerca do tema, bem como em uma pesquisa de campo, via ferramenta do Whatzapp, com a aplicação de entrevista com 20 alunos da referida turma, sendo 10 meninas e 10 meninos. Destes, 8 se autodeclararam negros e 12 pardos. Com base nos dados coletados e nas pesquisas bibliográficas realizadas, foi enfatizada a temática do racismo no ambiente da escola pesquisada considerando a importância do papel da disciplina sociologia para trabalhar com seus alunos a desconstrução de atitudes racistas e a formulação de novos entendimentos sobre este fenômeno.

Palavras-chave: Compreensão, Preconceito, Racial, Escola.

INTRODUÇÃO

O trabalho aborda a temática do racismo, especialmente trás esclarecimentos conceituais científicos as ramificações do tema em uma perspectiva histórica global e especialmente nacional. Reflete sobre a importância de se estudar e investigar a prática do preconceito racial entre alunos no recinto escolar, o papel da escola e do educador neste contexto.

Para tanto, o estudo seleciona e organiza leituras para sistematiza-las no escopo do texto para referendar os conceitos e entendimentos científicos trabalhados pelos autores.

¹ Mestranda do PROFSOCIO da Universidade Federal do Amapá- UNIFAP, tanirac2019@gmail.com;

² Mestranda do PROFSOCIO da Universidade Federal do Amapá- UNIFAP, netguerra.ap@gmail.com;

³ Mestrando do PROFSOCIO da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, ronilsonmendes.ap@hotmail.com;

⁴ Mestre em Ciências da Educação – UDE/Uruguai. Mestrando em Sociologia- Profsocio- UNIFAP, ero.sousa@yahoo.com.br.;

A metodologia utilizada nesta investigação, foi uma pesquisa bibliográfica, seguida de pesquisa de campo, com observação participante e entrevistas semiestruturadas com alguns alunos. As respostas foram analisadas e descritas em gráficos simples.

Assim sendo, reflete-se sobre a necessidade da escola desempenhar sua função social e desmistificar as ideias errôneas e estigmatizadas sobre o preconceito racial e discriminação. Haja vista que o espaço escolar está repleto de alunos de diversas etnias. Por isso é necessário que o professor desenvolva estratégias pedagógicas para conscientizar e valorizar a ancestralidade, a resistência, importância e a identidade das populações negras para o desenvolvimento social, político e cultural do Brasil.

Por fim, nas considerações finais, conclui-se que este cenário afirma a importância da análise em questão do preconceito racial e discriminação no ambiente escolar, e como o professor pode fomentar a compreensão dessa problemática, assim como orientar a desconstrução dos estigmas sedimentados e valoriza a ancestralidade e contribuição das populações negras na sociedade brasileira.

METODOLOGIA

A metodologia científica se utiliza de um conjunto de procedimentos buscando alcançar uma verdade científica para se chegar ao conhecimento.

Segundo Matias-Pereira (2012), a metodologia científica “é o conjunto de procedimentos e técnicas utilizadas de forma regular, passível de ser repetido, para alcançar um objetivo material ou conceitual e compreender o processo de investigação”. Para que a resolução dos problemas ou de questões de investigação tenha um resultado que comprove sua validade o processamento das informações deve ser descrito e avaliado através de métodos e técnicas de pesquisa que permitam alcançar o objetivo desejado.

A pesquisa optou por uma abordagem metodológica de caráter bibliográfico e exploratório, articulado a uma perspectiva qualitativa, como forma de tratar da temática das pessoas em condição de deficiência. Conforme aponta, Chemin (2012, p.60), este tipo de pesquisa é desenvolvida especialmente com base em compilação de materiais, tais como: livros, obras de divulgação diversas que objetivam proporcionar conhecimentos científicos ou técnicos, artigos científicos, etc. Para Gil (2006, p.45 apud CHAMI, 2012, P.60) “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.



Nesta perspectiva, com o intuito de responder a essa questão e atingir os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, buscando-se publicações relevantes sobre o tema. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 158), “a pesquisa bibliográfica é um levantamento geral dos principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema”.

Neste sentido, complementou-se a pesquisa de campo com observação participante, entrevistas semiestruturadas com alguns alunos sobre o preconceito e discriminação racial. Posteriormente, as análises serão descritas de acordo com Triviños (1987, apud Chemin, 2012, p. 59) os estudos descritivos na educação analisam fatores como comunidade, escolaridade e condições socioeconômicas, fornecendo um panorama detalhado da realidade investigada.

BREVES ESCLARECIMENTOS SOBRE O RACISMO

A ideia, noção, conceito ou entendimentos sobre o racismo é muito difundido em meio a sociedade e geralmente compreendido e divulgado de forma estereotipada. Mas sabe-se que a noção de racismo se relaciona ao preconceito e discriminação entre raças humanas, como: negra, branca, amarela e vermelha, que variam sua exposição de etnia conforme o período da colonização do Brasil. Durante o período da escravidão, o preconceito e a superioridade em relação ao outro, era até aceito por muitas pessoas. E na atual realidade, o racismo ainda é presente de várias formas que sistematizam conforme o respeito e reconhecimento dessas classes sociais nos olhares da sociedade.

Nesse contexto, de acordo com Moura (1994) no caso do racismo brasileiro, este é entendido, como uma estratégia que camufla o seu efeito perverso, mas que possui uma eficiência para chegar aos seus objetivos considerando que não podemos ter democracia racial em um país onde não se tem plena e completa democracia social, política, econômica, social e cultural. Acrescenta Munanga (2006), que o racismo e o preconceito racial excluem e dificultam a população negra do acesso à escola e ao mercado de trabalho.

Para tanto, Santos (2003) corrobora com esses entendimentos esclarecendo que o racismo parte da suposição irracional da superioridade de um grupo racial sobre outro. É também a crença de que determinado grupo possui defeitos de ordem moral e intelectual próprios. No passado, algumas teorias, supostamente científicas, tentaram elaborar uma



hierarquia racial onde alguns grupos predominavam sobre outros. Nada disso conta com o apoio da ciência autêntica, que jamais autorizou esse entendimento.

Neste sentido, Santos (2003) esclarece que o preconceito racial ocorre quando uma pessoa ou mesmo um grupo sofre uma atitude negativa por parte de alguém que tem como padrão de referência o próprio grupo racial. Ressalta-se que racismo e preconceito racial não são coisas equivalentes. Assim, o racismo ocorre quando se atribui a um grupo determinados aspectos negativos em razão de suas características físicas ou culturais.

Logo, Fazzi (2006) refuta a ideia da democracia racial brasileira defendida por Gilberto Freire, sociólogo, em seu livro *Casa Grande e Senzala* que persiste até os dias atuais. Pois sabe-se que a população negra sofre na pele no dia-a-dia uma série de situações envolvendo humilhações e privação de seus direitos, fatos que acontecem com frequência também na escola; de forma velada, mas muitas vezes explícita, reforçando e naturalizando a inferioridade da população negra.

Desta forma, Guimarães (1999), salienta que estes fatos se justificavam pelas diferenças raciais a desigualdade de posição social e de tratamento, a separação espacial e a desigualdade de direitos entre colonizadores e colonizados, entre conquistadores e conquistados, entre senhores e escravos e, mais tarde, entre os descendentes destes grupos incorporados num mesmo Estado nacional. Trata-se da doutrina racista que se expressou na biologia e no direito.

Por isso, de acordo com Nunes (2016) é necessário ter consciência da segregação racial. Pois ela ainda permanece sobre um processo lento de mudança, com a educação e conscientização da população, valores começam a criar nova ordem existencial de visibilização, onde não existe ninguém pior ou melhor, somos iguais dentro das nossas desigualdades. Mesmo a desigualdade social ainda está muito presente na sociedade brasileira, principalmente em relação ao negro.

Então, o racismo também pode ser percebido quando há desigualdades sociais e econômicas, que ocorrem por mecanismos diversos entre grupos de diferentes raças, desde que haja práticas discriminatórias que podem ser atribuídas à ideia de raça. Neste caso, os grupos discriminados sofrem as desvantagens em relação às condições sociais e econômicas. (NUNES, 2016)

Assim, para Mananga (2006), O racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista, que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas, que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas



suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais.

Nesta mesma perspectiva Gomes (1995) destaca que o racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes do ódio, com respeito a pessoas que possuem um pertencimento racial observável através de sinais diacríticos tais como: cor da pele, tipo de cabelo, formato de nariz, boca, etc., e por outro lado, é uma ideologia, uma doutrina referente às raças humanas na qual se postula a existência de raças superiores e inferiores.

Desta forma, pode-se afirmar que as ideias negativas sobre a população negra são perpetuadas, através de palavras, de exemplos, de imitações, das crenças religiosas. Afirma Santos (2003) que a expressão “Você está preto de sujeira”, sendo mencionada e ouvida constantemente desde os primeiros meses de vida, dificilmente, mais tarde, esta pessoa fará uma ideia positiva dos afros descendentes.

PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL

De acordo com Guimarães (1999) o preconceito racial advém de um contexto sócio histórico, que se desenvolveu baseado em ideais de dominação, intolerância e aversão de um grupo para com o outro. Considera-se o preconceito um modo de predisposição negativa contra o ser humano, é uma forma de desvalorização do outro como pessoa, tornando difícil a convivência no mesmo local.

De igual modo, a exposição conceitual de que a condição racial está intimamente ligada com as diferenças culturais e sociais de cada povo, direciona-se então a considerar o racismo como uma suposição de que há raças, e de que há uma caracterização biogenética de fenômenos puramente sociais e culturais, sendo estas com a dominação de um grupo sobre o outro, inspirada nas diferenças fenotípicas da espécie (SANTOS, 2005, p.3).

Assim, entende-se que o preconceito é histórico e traz para as pessoas, dores, que muitos vão carregar a vida toda, causa destruição de um lar, provoca dores profundas ao saber que se pode fazer algo a si mesmo ou pela sociedade, mas é impedido porque é negro ou pobre. Sabe-se que os direitos são iguais a todos, mas por vim de uma história de um país que os direitos eram limitados a certos grupos de pessoas, algumas leis não conseguem fazer se cumprir.



De acordo com a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial criado em 1968 pelas Nações Unidas - ONU a expressão, discriminação racial, tem como conceito:

qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferências baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha como objeto ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou exercício, em condições de igualdade, os direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, social ou cultural, ou em qualquer outro domínio da vida pública (Decreto nº 65.810 - de 8 de dezembro de 1968).

Logo, compreende-se que a discriminação se refere aos atos de fazer distinções injustas ou preconceituosas entre pessoas, com base em grupos, classes ou outras categorias, como raça, gênero, idade, orientação sexual, etc. Ou seja, são todas atitudes que excluem e inferioriza. Geralmente, são praticados contra as classes sociais menos abastadas financeiramente ou contra os grupos minoritários, tais como: populações negras, nordestinos, LGBTQIA+ e algumas etnias e religiões.

Neste cenário, salienta-se que a discriminação racial é uma prática injusta e perigosa, que já levou a vários atos cruéis e desumanos executados pelo homem. Tais atitudes deturpam a paz e a segurança entre os cidadãos. O Brasil combate qualquer exercício de discriminação racial ou ético-racial, conforme dispõe a Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010, do Estatuto da Igualdade Racial, em seu *caput*, do Art. 1º:

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. (BRASIL, 2010, p.01).

Nestes termos, há a nítida percepção que o Brasil preza pelo reconhecimento e valorização da dignidade, os valores religiosos e culturais por meio da garantia dos direitos humanos e liberdades fundamentais tanto no âmbito político, econômico, social e cultural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Escola Estadual Prof.^a Sônia Henriques Barretos, este ano de 2025 completou cinquenta anos (50) de existência, ou seja, meio século de história. Criada em 08 fevereiro de 1974 alunos de 1ª a 4ª série, foi a primeira Instituição de Ensino do município de Laranjal do Jari. Recebeu esse nome para homenagear uma das primeiras professoras leigas do Vale do Jari, a senhora Sônia Henriques Barreto. Funcionou primeiramente, no prédio erguido sobre palafitas, na margem esquerda do Rio Jari de



onde algum tempo depois foi transferida para o atual endereço. Ao longo dos anos passou por significativas transformações físicas e estruturais. Atualmente possui vinte salas de aulas, sala de ensino especial, ambientes interativos, sala de Vídeo, Biblioteca, Sala de Leitura, Coordenação Pedagógica, Secretaria, Diretoria, Sala de Professores, copa, banheiros e ginásio de esporte.

Este estudo se insere em meio a condições subalternas de um povo dividido entre enchentes e incêndios, marginalidade e a reputação de ser um dos maiores prostíbulos do mundo, devido à proximidade com regiões de garimpo.

Nas palavras de Moraes (2009), o Projeto Jari por se tratar de um projeto grandioso, necessitava de bastante mão-de-obra. Muitos trabalhadores se dirigiram para lá visando melhores condições de vida. Uma grande parte dos trabalhadores eram contratados temporariamente por empreiteiras que não asseguravam os direitos trabalhistas, quando eram dispensados pela companhia. Estes não dispunham de recursos para moradia e nem para retornarem aos seus locais de origem.

Por isso, a maioria foi obrigada a viver às margens do Rio Jari e Vitória do Jari, em palafitas sem as mínimas condições de higiene. Isso fez com que surgissem áreas como: 'Beiradão e Beiradinho' que se tornaram as maiores favelas fluviais do mundo, sendo uma das mais pobres e violentas da população brasileira. A prostituição chegou a índice alarmante e, para completar essas áreas passaram pelo esquecimento do governo por muito tempo (MORAIS, 2009).

Historicamente, a principal atividade econômica de Laranjal do Jari foi a prestação de serviços, fornecendo mão de obra para o Polo Industrial da Amazônia S.A-CADAM, Jari Celulose, Orsa Florestal, Marquesa, entre outras empresas que operavam nos distritos de Munguba e Monte Dourado, no Pará. No entanto, a decadência da fábrica Jari Celulose trouxe um alto índice de desemprego para a região.

Atualmente, muitos habitantes estão deixando o município. Alguns buscam emprego no comércio local, enquanto outros se submetem a contratos administrativos da Prefeitura Municipal, frequentemente marcados pela prática da "velha política do apadrinhamento". No setor informal, a presença de vendedores ambulantes – conhecidos localmente como "marreteiros" – é marcante, com a venda de frutas, farinha de mandioca, peixes, galinhas e outros produtos nas ruas próximas à escola investigada. A economia de Laranjal do Jari é sustentada pela extração de minério, madeira, castanha-do-brasil e pela agricultura, que, se adequadamente explorada, poderia trazer grandes benefícios para a região.



A comunidade escolar é majoritariamente composta por pessoas de baixa renda. A renda dos pais e dos próprios alunos adultos advém de trabalhos em empresas de silvicultura, que prestam serviços à indústria de celulose, além de uma parcela significativa formada por trabalhadores autônomos. Em razão dessas condições, muitas famílias são desestruturadas, com muitos alunos vivendo com os avós, já que os pais, quando não conseguem emprego na cidade, migram para outras regiões ou garimpos em busca de trabalho. Esses fatores são fundamentais para a análise do preconceito e discriminação racial no ambiente escolar e suas implicações no ensino-aprendizagem.

Conforme afirma Boni (2008) que no ambiente escolar, algumas situações de conflito, que poderiam promover a interação, o conhecimento ou o respeito às diferenças e as peculiaridades das diversas culturas ali presentes, o professor vivencia tais situações apenas como algo constrangedor, gerador de tensão e desconforto e não sabe,, trabalhar adequadamente com as questões, se omitindo ou tratando isoladamente os fatos.

Apesar de os negros serem personagens fundamentais na construção e no desenvolvimento de nosso país, houve um processo de desqualificação sistemática deles. Segundo esses autores, criaram-se referências estigmatizantes de ordem física, intelectual e social associadas à pessoa negra. Essas referências passaram a ser socialmente legitimadas, tornando-se "verdades" compartilhadas e difundidas pela maioria da população. Tal processo levou as pessoas negras a vivenciarem situações de humilhação e desprestígio pessoal, que vieram a desencadear as desvantagens por eles enfrentadas nas situações concretas do dia a dia. (FERREIRA e MATTOS, 2007, p.11).

Sabe-se que infelizmente o racismo em suas mais diversas vertentes, ainda é um problema que necessita ser abordado de forma clara, objetiva e eficaz nas escolas, pois é um grande crime inafiançável que se faz presente em todas as esferas da sociedade brasileira, principalmente no ambiente escolar. Mesmo, na era da “evolução”, numa prerrogativa da era tecnológica, com fortes inovações, ainda precisamos aprender a conviver harmonicamente, conforme salienta Santos:

Atualmente, vive-se a era das inovações tecnológicas e da intensificação das descobertas científicas, porém, no que se diz respeito a diversidade cultural observamos que a vida em sociedade, ainda, é permeada por diferentes formas de preconceito. (SANTOS, 2003, p.27).

Ao analisar o problema do preconceito e discriminação racial presente nas escolas brasileiras, entre os alunos, percebeu-se que ainda é fruto da falta de conhecimento pelos agentes presentes no ambiente escolar, sendo assim, é necessário que o educador trabalhe em sala de aula a consciência moral, ética e cultural, possibilitando aos alunos o desenvolvimento da capacidade de estabelecer valores e saberes. Para Roos:



o espaço escolar está repleto de alunos de diversas etnias, sendo essencial que o professor desenvolva estratégias pedagógicas que favoreça a conscientização da valorização da ancestralidade, da resistência e importância dos negros para o desenvolvimento político, social e cultural do Brasil, visando desenvolver a identidade, a autoestima e o respeito dos alunos em relação às diferentes etnias presentes na sociedade (ROOS, 2010, p.27)

Todavia, com o estudo que essa temática gera forte discursão no ambiente de sala de aula, conforme aponta Cavalleiro:

Quando se propõe uma discussão com os professores, ela gera na maioria das vezes, tensão e desconforto. Muitos preferem silenciar, ao invés de enfrentar o problema. Alguns chegam a negar a existência de racismo na escola. “A ausência de iniciativas diante de conflitos raciais entre alunos e alunas mantém o quadro de discriminação. Diante desses conflitos o “silêncio” revela convivência com tais procedimentos (CAVALLEIRO, 2001, p.153).

Mas, o espaço escolar é o ambiente mais propício para tais discussões e reflexões, pois, antes de discriminar alguém por sua cor da sua pele, orientação sexual, ou preferência religiosa, o indivíduo tem condições de refletir sobre seus valores e princípios éticos. Isso pode provocá-lo a pensar na injustiça que pode causar a partir de suas ideias e atitudes. Sendo assim, quando o sujeito faz uso do bom senso e da consciência moral, evita ter atitudes racistas e preconceituosas.

Nesta pesquisa, além das observações durante o ano de 2024 na escola, conversas informais com os professores, entrevistou-se vinte (20) alunos da Escola Estadual Prof.^a Sônia Henriques Barretos de Laranjal do Jari-ap. Para tanto, selecionou-se os alunos pardos e negros de algumas turmas, por entender que estes estão mais familiarizados com a temática da pesquisa.

A faixa etária dos estudantes entrevistados está entre 13 e 18 anos, mas há também alunos com mais de 18 anos. Os sujeitos entrevistados são 10 do sexo masculino e 10 do sexo feminino. Quanto a cor, 8 estudantes se autodeclararam negros e 12 pardos.

Perguntou-se, sobre os casos de preconceito e discriminação racial, e sua importância para a educação dos docentes e discentes da referida escola. Por critérios éticos, na descrição dos resultados, os alunos são informados por numerais. Assim, os questionários depois de serem recebidos foram numerados de 1 a 20 e destacados alguns depoimentos no decorrer deste relatório de investigação.

Assim sendo, a primeira pergunta versa sobre o contato com a problemática do preconceito e discriminação racial com intuito de identificar se os alunos têm contato com o tema do preconceito e discriminação em casa, no meio social ou na escola.



De acordo com as respostas dos alunos, a maioria, ou seja, quinze (15) aluno (a)s afirmaram que já conhecem temas ligados ao preconceito e discriminação racial. Ao ouvir os estudantes sobre sua percepção em relação a esta problemática, eles apontam que reconhecem a existência do preconceito racial contra o povo negro e falam das origens do racismo no Brasil, salientando, sempre, a história de escravidão do povo africano pelos brancos europeus. Um dos depoimentos é representativo: o Estudante 5 mediante informação verbal, afirma que estudou sobre a escravidão e quando “os negros foram trazidos pelos portugueses para serem escravizados no Brasil, pelos portugueses”.

Penso que temos que compreender esses conteúdos envolvendo o negro na sociedade, pois só assim, vamos entender o racismo e podemos lutar contra ele, na vida das pessoas. (Estudante 5)

Acho importante porque vai diminuir o racismo e a sociedade fica bem-informada, assim como os estudantes. (Estudante 10)

Quando a escola ensina esses temas nos ajuda a promover a igualdade e a necessidade da valorização dos negros e da cultural que é de todos nós. (Estudante 11).

É importante sim, pois assim aprendemos sobre as origens da nossa cor e diminuir a discriminação para com essas pessoas. (Estudante 12).

Pois compreende-se que as instituições de ensino precisam estar abertas às mudanças pedagógicas, no que tange temas novos e atuais, importante para a sociedade e o ambiente escolar. Aqui se ressalta o papel primordial dos componentes curriculares das Ciências Humanas em trabalhar dialogicamente o preconceito e discriminação racial com seus alunos.

A segunda pergunta os indaga sobre a constatação dos casos de preconceito e discriminação racial entre os estudantes no recinto escolar. Logo, constatou-se nas respostas dos alunos uma clareza da presença dos conflitos racistas no interior da escola, com dezoito (18) dos entrevistados afirmando que observaram atitudes racistas nas relações entre os estudantes. Conforme se constata abaixo:

Há... Todo dia a gente vê isso! É um menino chamando o outro de tição... Pegô fogo... Faz aqueles gestu de macaco.. (Estudante 8).

Sim, já vi foi muito racismo aqui na escola. Todo dia a gente vê. Mas ninguém faz nada né... Então, eles continuam... E os alunos que sofri isso, ficam tristes, alguns até choram de raiva (Estudante 5).

Olha a gente sempre vê essas atitudes de racismo aqui na escola. Todo dia! Uns menino chamam os outro de macaco.. De Saci Pererê... Um monte de nome... (Estudante 20).

Nos trechos acima, destaca-se o depoimento do estudante 5, o qual chama atenção pelo descaso e falta ação da escola no combate dos conflitos raciais em seu interior. Esse fato acaba contribuindo para esconder o problema do racismo existente, naturalizando e camuflando este fenômeno. Entretanto, não se pode esquecer que o estudante vive em uma sociedade desigual e cabe a escola desempenhar sua função social no processo de conscientização dos alunos e professores quanto ao racismo.



Nestes casos, de acordo com Munanga (2006), a escola reproduz o preconceito e a discriminação que está presente na sociedade, utilizando mecanismo de reprodução no interior das práticas pedagógicas, e muitas vezes contribuindo para um sentimento de inferioridade e fracasso dos estudantes diante da vida, pois é comum que não se perceberem capazes de uma promoção social digna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do referencial teórico compreendeu-se as nuances e entendimentos sobre o racismo e sua conexão com o preconceito e discriminação, bem como o contexto histórico que este fenômeno percorreu a nível global e nacional. Logo, percebeu-se que as origens destes entendimentos podem ser explicadas na própria história da humanidade.

Então, com a imersão na pesquisa foi possível constatar os padrões histórico-culturais das relações sociais racistas da sociedade brasileira com sua visão euro-centrista com o negro, assim como suas implicações no desenvolvimento infantil, não só da criança negra e sua identidade como também na visão existente da cultura negra e da África na sociedade contemporânea.

Neste cenário destaca-se a criação do mito da democracia racial. Que, mesmo depois da abolição da escravatura em 1888, as populações negras ainda sofrem uma série de humilhações e privação de direitos. Assim, o resultado do racismo brasileiro é o isolamento dessas populações em morros, guetos e periferias do país.

Desta forma, as relações raciais de preconceito e discriminação se faz presente em todas as esferas da sociedade, principalmente no ambiente escolar através dos apelidos pejorativos e maldosos. Os professores não sabem lidar com estes conflitos e ignoram ou apenas retiram os alunos da sala de aula. A escola por sua vez, devido não está preparada, se omite. Desta forma, estas relações racistas são naturalizadas e banalizadas.

Portanto, cabe ao professor consciente desenvolver aulas antirracista no combate ao preconceito e discriminação racial na escola. Através de métodos adequados e recursos tecnológicos pode viabilizar aulas atrativas e enriquecedoras na perspectiva de formar uma consciência histórica e prepara seus educandos para exercer a cidadania com autonomia e consciência de classe.

REFERÊNCIAS



BONI, M. R. **Formação docente para a Lei 10.639/03. In: Seminário de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá: CEFRAPO/SINOP, 2008.** Disponível em: <http://www.cefaprosinop.com.br:81/index.php?module=gnuteca3&action=main:search:simpleSearch&formContentId=1&formContentTypeId=1> . Acesso em: 04 Mar. 2025

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais + (ensino médio).** Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/acompanhamento-da-frequencia-escolar/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-0007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>. Acesso em 19 de fev. de 2025.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: **Racismo e anti-racismo –repensando nossa escola** / Eliane Cavalleiro (orgs.) São Paulo: Summus, 2001.

CHEMIN, Beatris Francisca. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: Planejamento, elaboração e apresentação.** 2.ed. Lajeado:ed. da Univates, 2012.

CHEMIN, Beatris Francisca. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: Planejamento, elaboração e apresentação.** 2.ed. Lajeado:ed. da Univates, 2012.

FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FERREIRA, R. F., & Mattos, R. M. (2007). **O afrobrasileiro e o debate sobre o sistema de cotas: um enfoque psicossocial.** *Psicologia: ciência e profissão*, 27(1), 46-63.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o tratado pedagógico da diversidade. In: Cavalleiro, Eliane (org.) **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola.** 4. ed. São Paulo: Selo Negro, 1995. p. 83-96.

GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.

GUIMARÃES. Antonio Sergio. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. Ed. 34. 1999.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MORAIS, Paulo Dias. **História do Amapá: o passado é o espelho do presente.** JM Editora Gráfica, Macapá – Amapá. 2009.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do negro.** São Paulo: Anita Garibaldi, 1994.

MUNANGA, Kabengele & GOMES Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** Coleção para entender, São Paulo: Global, 2006.



MUNANGA, Kabengele. Esta luta é de todos. A fala do mestre. **Construir Notícias**, Recife: Símbolo, Editora Construir. Edição 39 - s/p. 2008. Disponível em: <https://www.construirnoticias.com.br/kabengele-munanga-racismo-esta-luta-e-de-todos/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

NUNES, Valdir Moises. **A Prática do Preconceito Racial na Sociedade e na Realidade Escolar**. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_hist_ufpr_valdirmoisesnunes.pdf .Acesso em: 19 de fev. de 2025.

ROOS, R. R. **O preconceito racial no contexto escolar**. 36 f. 2010. Monografia (Graduação em Pedagogia) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em:<http://www.lume.ufrgs.br/handle10183/71890> .Acesso 15 de fev. de 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil**: a trilha do círculo vicioso. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é Racismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. Disponível em: http://www.4shared.com/office/7pdP3e6m/O_Que__racismo_-_Joel_Rufino_d.html. Acesso em: 26 de out. de 2022.

SANTOS, S. Q. dos. **População negra, relações inter-raciais e formação de educadoras/ES**: PENESB (1995-2007). 158 F. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontífice Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puccampinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=338>. Acesso em: 20 de out. de 2022.

